

## ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER Nº 193/2023

PROCESSO 051-2023

**CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC AR/RS. CURSO DE MANICURE E PEDICURE – 40 HORAS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTIGO 24, XIII DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a esta Assessoria, os Autos do Processo 051-2023, indagando sobre a viabilidade de contratação do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR/RS, para realização de CURSO DE MANICURE E PEDICURE– 10 encontros, até 12 participantes por turma, carga horária de 40 horas por turma, no valor total de R\$ 9.985,69 (nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), destinado a atender as demandas da Secretaria da Indústria, Comércio e Empreendimentos, solicitando análise da possibilidade de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A Assessoria Jurídica do Município, com base na documentação juntada aos Autos, e na legislação em vigor passa a análise da questão.

Inicialmente, é de ser esclarecido que a Lei 8.666/93 possibilita a contratação por Dispensa de Licitação, conforme art. 24, inciso XIII (transcrevemos), desde que comprovando o nexo entre as atividades em seus dispositivos, a natureza da instituição e objeto a ser contratado.

Art. 24. É dispensável a licitação:

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou

estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

A possibilidade de contratação é condicionada a uma relação de coerência entre o objeto da contratação e a missão da entidade. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União, que após reiterados julgados sobre o tema editou a Súmula nº 250, que assim dispõe:

A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso, XIII, da Lei nº 8.666/1993, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Nesse sentido, firmou-se a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Enfim, a contratação direta com base no art. 24, XIII, da Lei de Licitações para ser considerada regular não basta que a instituição contratada preencha os requisitos contidos no citado dispositivo legal, ou seja, ser brasileira, não possuir fins lucrativos, deter inquestionável reputação ético-profissional e ter como objetivo estatutário ou regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, há de observar também que o objeto do correspondente contrato guarde estreita correlação com o ensino, a pesquisa ou o desenvolvimento institucional além de deter reputação ético-profissional na específica área para a qual está sendo contratada. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 908/99. Plenário. Relator: Ministro Valmir Campelo. DOU de 17.12.99.)

Isto é assim porque os Serviços Sociais Autônomos são entidades paraestatais, sem finalidade lucrativa, criadas por lei. Trabalham ao lado do Estado, e como desempenham tarefas consideradas de relevante interesse, recebem a oficialização do Poder Público, que lhes fornece a autorização legal para que arrecadem de forma compulsória recursos de parcela da sociedade e deles se utilizem para a manutenção de suas atividades: as denominadas contribuições parafiscais.

No caso em tela, é de se salientar que o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC é um serviço social autônomo, sendo uma instituição de educação, que tem por objetivo, organizar e manter escolas de aprendizagem comercial.

Por fim, analisando-se a documentação acostada aos Autos que chegam a esta Assessoria, consta o Memorando Interno nº 107/2023 da Secretaria da Indústria, Comércio e Empreendimentos, acompanhado da documentação com descrição das atividades a serem desenvolvidas com a intermediação do SENAC, e solicitação de recursos e reserva de dotação orçamentária no valor total de R\$ 9.985,69 (nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e





sessenta e nove centavos), na Ação nº 2038 (Suporte da Secretaria da Indústria, Comércio e Empreendimentos), Despesa 3.3.90.39 (Outros serviços de terceiros – PJ), Recurso 1 (Recurso Livre).

Além do mais, o Contrato Administrativo nº 116/2021 e a NF 2022/1138 juntada aos autos, demonstram a compatibilidade do valor do serviço cobrado com os valores praticados no mercado. Inclusive, mostra-se mais vantajosa a presente contratação do que a anteriormente mencionada.

Sendo assim, considerando as informações contidas nos Autos, esta Assessoria opina pela formalização do processo de dispensa de licitação.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submeto à consideração superior.

Ibirubá-RS, 28 de junho de 2023.

  
**Eduardo Henrique Krammes,**

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756